

CONTRATO N.º 12 / GAV / 2021

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ENTRE O MUNICÍPIO DO MARCO DE CANAVESES E PEDRO BIANCHI PRATA

Preâmbulo

Considerando:

As atribuições dos Municípios nos domínios do desporto e tempos livres, alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual;

A competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse público municipal;

O reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

O desenvolvimento desportivo, um dos anseios das populações nas sociedades atuais, exige que as diferentes entidades com capacidade de intervenção utilizem as suas potencialidades de forma conjugada e articulada, proporcionando melhores condições de acesso à prática desportiva;

Que compete aos Municípios em colaboração com as associações desportivas, promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos;

Que o desenvolvimento desportivo do Marco de Canaveses, necessita da conjugação das vontades das diferentes entidades intervenientes no Município;

O apoio a Atletas individuais, está integrado no atual Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município do Marco de Canaveses, que define objetivos e metodologia do apoio a conceder;

A candidatura ao Apoio ao Projeto Desportivo em nome individual apresentado pelo atleta foi analisada com base nos princípios e critérios definidos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município do Marco de Canaveses;

Da conjugação do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro com os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, resulta a obrigatoriedade da realização de Contrato Programa para atribuição de comparticipação financeira, limitando-se o âmbito desta, a "plano" ou "proposta", que não constitua encargo ordinário;

Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas, enquadram-se nos programas de desenvolvimento desportivo de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na redação atual;

O disposto no art. 9.º do Decreto Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, que define o regime jurídico dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, e nas alíneas u) e o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013 de 12 de setembro, que estabelece o quadro de competências das autarquias locais no que se refere ao apoio de "atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)";

Que o Segundo Outorgante não se enquadra no disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, alterado e republicada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.

Entre:

Primeiro Outorgante: Município de Marco de Canaveses, pessoa coletiva de direito público n.º 501073655, com sede em Paços do Concelho no Largo Sacadura Cabral, Marco de Canaveses devidamente representado neste ato pela Senhora Presidente, Dr.ª Cristina Vieira, doravante designado por Primeiro Outorgante,

E

Segundo Outorgante: Pedro Bianchi de Aguiar Macedo Prata, contribuinte n.º 208758070, residente na Rua do Marinheiro, n.º 594, 4635-275 Santo Isidoro e Livração, Concelho de Marco de Canaveses, doravante designado por Segundo Outorgante.



É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente contrato-programa tem por objeto a atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento da atividade do atleta, na modalidade de Enduro e Todo o Terreno, competições de motociclismo.
2. O apoio financeiro visa a participação do referido atleta nas provas desportivas nacionais e internacionais da modalidade.

Cláusula Segunda

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. Por força do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, constituem obrigações do Segundo Outorgante, nos termos que se concretizam no(s) número(s) seguinte(s):
 - 1.1 Participação no Campeonato Nacional de Enduro 2020;
 - 1.2 Participação no Campeonato Nacional de Todo o Terreno 2020;
 - 1.3 Participação no Campeonato Mundial de Bajas 2020.
2. A(s) ação(ões) contemplada(s) no número anterior, quando seja(m) divulgada(s) ou publicitada(s), por qualquer meio, têm obrigatoriamente de referir o apoio concedido pelo Primeiro Outorgante através da menção «Com o apoio da Câmara Municipal do Marco de Canaveses» e usando o logótipo atualizado.
3. O Segundo Outorgante compromete-se também a:
 - 3.1 ter um comportamento exemplar, de forma a valorizar a imagem da respetiva modalidade desportiva, bem como das entidades que representa;
 - 3.2 estar disponível para ações de promoção da respetiva modalidade, ou do desporto em geral, sob responsabilidade da Câmara Municipal, salvo em caso de impossibilidade devidamente justificada;
 - 3.3 informar a Câmara Municipal logo que decida deixar de integrar os planos e programas de provas ou competições desportivas com vista à obtenção de resultados desportivos de alto nível, devolvendo, integral ou proporcionalmente, o apoio concedido;

- 3.4 remeter à Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão do programa desportivo, o relatório final sobre a execução do contrato, com a descrição das atividades desenvolvidas, das suas participações dos resultados obtidos, com os documentos justificativos das despesas objeto de financiamento.
4. Conceder ainda ao Primeiro Outorgante consentimento expresso para consulta da respetiva situação tributária e contributiva e cumprir com as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social.

Cláusula Terceira

(Obrigação do Primeiro Outorgante / participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de apoio a atletas individuais apresentado na cláusula segunda, o Primeiro Outorgante, de acordo com os critérios definidos no art. 14.º e 43.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município do Marco de Canaveses, participa financeiramente no valor de **2.000.00 €** (dois mil euros), (abrangendo a totalidade do Programa, independentemente da data do seu início, efetuada através de 1 prestação(ões) a pagar pela forma de transferência bancária.
2. A(s) verba(s) indicada(s) no número anterior, será(ão) obrigatoriamente afeta(s) à prossecução da(s) actividade(s) elencada(s) no do ponto 1 e 2 da cláusula primeira, não podendo o Segundo Outorgante utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata do presente contrato-programa, por parte do primeiro outorgante.
3. O valor de participação financeira tem cabimento orçamental através da(s) rubrica(s) 0102/040802 dos documentos previsionais para o ano económico de 2021 do Primeiro Outorgante.

Cláusula Quarta

(Sistema de acompanhamento e controlo de execução do contrato)

1. O acompanhamento e fiscalização da execução do programa de apoio a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo Primeiro Outorgante, designadamente no ponto 1 da cláusula segunda.
2. O Primeiro Outorgante fiscalizará a execução do presente Contrato podendo realizar, para o efeito, inspeções e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por uma entidade externa (n.º 4, artigo 17.º conjugado com artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março).

3. O Segundo Outorgante obriga-se a apresentar à Câmara Municipal todos os documentos e informações, que esta considere necessários relativos à execução do programa de apoio, para efeitos de fiscalização.
4. Assim que concluída a realização do programa de apoio a que se refere o presente contrato, o Segundo Outorgante compromete-se a enviar ao Primeiro Outorgante um relatório final sobre a execução do presente contrato.

Cláusula Quinta
(Incumprimento do contrato)

1. O incumprimento do presente contrato-programa por parte do Segundo Outorgante, de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato Programa constitui motivo de rescisão imediata do mesmo e confere ao Primeiro Outorgante o direito de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na atual redação.
2. Nos demais casos, o incumprimento confere ao Primeiro Outorgante apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.
3. O incumprimento pode, ainda, constituir impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio, por parte do Segundo Outorgante, durante um período de 2 anos.
4. O incumprimento não poderá ser imputado ao Segundo Outorgante, quando o mesmo ocorra por motivos alheios à mesma, nomeadamente produzidos por catástrofes naturais, distúrbios e perturbações civis, incluindo doenças pandémicas.

Cláusula Sexta
(Revisão ao Contrato-programa)

O presente Contrato Programa poderá ser objeto de revisão por acordo prévio entre as partes ou ponderoso interesse público.

Cláusula Sétima
(Período de execução do contrato-programa)

O prazo de execução do presente contrato-programa corresponde à época desportiva 2020.



Cláusula Oitava
(Resolução de litígios)

Os litígios emergentes da execução do presente Contrato-Programa encontram-se submetidos a arbitragem nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua versão atual.

Cláusula Nona
(Disposições finais)

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato Programa, aplica-se, subsidiariamente, as disposições do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município do Marco de Canaveses.

Cláusula Décima
(Publicitação)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua publicitação, conforme o previsto nos artigos 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações, conjugado com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.

Cláusula Décima Primeira
(Compromissos)

Nos termos definidos no n.º 3 do artigo 5.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o compromisso associado ao contrato corresponde ao n.º 43218.

§ **ÚNICO:** O presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo não se encontra sujeito à Parte II do Código dos Contratos Público, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 5.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º-B, ambos do referido Código.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação da reunião da Câmara Municipal de 12 de fevereiro de 2021 e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

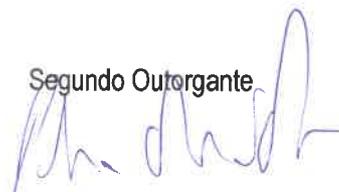
Marco de Canaveses, 19 de fevereiro de 2021.

Primeiro Outorgante



Dr.ª Cristina Vieira

Segundo Outorgante



Pedro Bianchi Prata